

IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO NOS PROJETOS DAS ELITES NACIONAIS.

*Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha.**

Globalização é um velho nome, com o qual se procura dar roupagem a velhos processos estruturais da expansão do capitalismo em escala mundial, a chamada "economia mundo", nascida no longínquo século XVI, como demonstrou o historiador Fernand Braudel.¹ Este fato se acha bem analisado desde o final do século XIX e o início do século XX, bastando recordar as obras dos economistas Rudolf Hilferding e R.Hobbes, demonstrando a necessidade que tem o sistema capitalista de se expandir e ocupar espaços geográficos e econômicos cada vez maiores, dentro do processo conhecido como *Imperialismo*.

Como historiadora, trabalhando com os problemas da acumulação capitalista e do desenvolvimento periférico, aprendemos que a História não pode ser vista e analisada somente dentro do espaço nacional, pois a direção do seu movimento se dá, também, a nível e escala mundiais. Entretanto, é no espaço nacional que se processam as transformações estruturais da economia e da sociedade real. Como então encarár problemas mais amplos e complexos como a globalização e seus impactos fora do contexto e da concretude das realidades de cada continente e de cada país? Como desprezar o conhecimento da História interna à formação das culturas e dos Estados e a forma de surgimento e penetração do capitalismo em cada país? Como não pensar nos homens - pertencentes a todas as classes e credos - que forjaram os sentimentos de identidade e nacionalidade, que deram origem à formação de cada Estado-Nação? Pensamos ser necessário refletir a formação cultural e ideológica bem como os projetos que consequentemente puderam se desenvolver nos diversos espaços nacionais, neste século, se quisermos melhor apreender os impactos da "globalização" atual sobre as elites dominantes de cada país. Esta análise nos levará à presença e/ou ausência de alternativas ao projeto de globalização nas esferas nacionais, tal como aparentemente ocorre neste momento. Fenômeno não apenas brasileiro como, também, ocorrente em outros países e partes do globo.

Primeiramente, há que se entender a atual etapa de desenvolvimento das forças econômicas no capitalismo mundial. Coube a Marx ter sido o primeiro a demonstrar a lógica da atuação e o caráter autodestruidor da concorrência capitalista, pois o sistema capitalista para sobreviver necessita de frequente aumento do capital constante, a se fazer acompanhar pelo crescimento cada vez maior da composição orgânica do capital global, atuando em detrimento do capital variável. É este aumento que irá corroer a taxa de lucro, reduzindo a massa de trabalho vivo nele empregado.² Porém, em sua trajetória, o capital não se choca apenas com vários níveis de produtividade dentro de um mesmo país, como também defronta-se com a concorrência do capital de outros países. Sabemos que em países com estágio elevado de desenvolvimento capitalista, com vários níveis de produtividade e diversa composição orgânica de capital, a taxa de mais-valia pode ser mais elevada mesmo sendo a jornada de trabalho mais curta. Isto porque os meios de produção passam a incorporar uma quantidade cada vez maior de trabalho não-pago, trabalho morto cuja parte de valor, que o representa, também diminui em relação ao valor de todo o capital adiantado.³ Este processo denomina-se de "*aumento da produtividade do trabalho*", diferença fundamental para Marx, quando este periodiza o capitalismo em avançado e atrasado. Portanto, Marx foi o primeiro a

* Doutora em Ciências Humanas pela USP e Professora Titular da Faculdade de Economia e Administração da PUC/SP.

¹ BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. 2.e. Lisboa, Teorema, 1986. pp.51-5, 89-90.

² MARX, Karl. *O Capital. (Crítica da Economia Política)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1974. Livro 3. v.4. cap.13. (tradução).

³ Idem. Idem. p.247.

chamar a atenção para o fato de que, para crescer, o capitalismo necessita de pontos externos de apoio, sobre os quais procura exercer hegemonia.

Nesse sentido, os atuais conceitos de *Globalização e Modernidade*, difundidos pelos defensores do neoliberalismo, não são novidade. Eles revelam serem a expressão do novo invólucro, criado para esconder antigas práticas de penetração agressiva do capital, mais conhecidas por *Imperialismo*, impondo exclusão e atraso às nações que lhe são submetidas.⁴ Queremos, no entanto, ressaltar, que não se pode confundir o crescimento e a expansão capitalista do final do século XIX e da primeira metade do século XX com o momento atual, pois temos que diferenciar, pelo seu grau de acumulação, o período de expansão da empresa oligopolística, com cartelização de mercados, do da organização das empresas multinacionais, posteriores à 2ª Guerra Mundial, e sua expansão atual. Na verdade, assistimos hoje ao rápido processo globalizador, que atinge principalmente os setores das finanças, em geral, da aplicação de capitais, dos mercados e das estratégias competitivas, da tecnologia, incluindo os setores de defesa militar de alta tecnologia, das infra-estruturas de informação, comunicação, serviços etc. Mas, também, assistimos uma tendência cada vez mais veloz da multinacionalização das sociedades contemporâneas. Esta globalização atinge, sem dúvida, as percepções e as consciências dos vários agentes sociais, contagiando os membros da sociedade civil nacional (governos, instituições, sindicatos, universidades, igrejas, mídias) que cada vez mais aceitam os discursos atuais da *modernidade*, parecendo acreditarem em sua incorporação, em tanto que "*cidadãos do mundo*", no grande espaço econômico desenvolvido e globalizado.

Sendo assim, ideologicamente parece ser legítimo se questionar o velho modelo do Estado-Nação, tal qual foi pensado em finais do século XVIII e formado no bojo das grandes transformações trazidas pela Revolução Francesa, já que o fenômeno da chamada "globalização" hoje já se manifesta, com igual intensidade, em todas as partes. Conforme indica o recente Relatório do Grupo de Lisboa, sob a direção de Riccardo Petrella: "*A globalização se manifesta em dois fenômenos diferentes: o do alcance (ou extensão) e o da intensidade (ou profundidade). Por um lado, define uma série de processos que abrangem a maior parte do globo ou que operam em escala mundial; o conceito tem, pois, uma conotação espacial. Por outro lado, também implica uma intensificação nos níveis de interação, de interconexão ou interdependência entre os Estados e sociedades que integram a comunidade mundial*".⁵ Porém, como assinala o Relatório, aceitar o fenômeno da globalização "*não significa que o mundo se torne politicamente mais unido, nem economicamente mais interdependente ou culturalmente mais homogêneo*".⁶ Assim, mesmo os defensores desse processo reconhecem a globalização como um fenômeno bastante desigual de alcance e irregular quanto às suas consequências.

Por outro lado, a incompreensão do significado desta globalização explica e mascara o verdadeiro sentido da ascensão do neoliberalismo como processo de dominação. Aparentemente, o atual movimento expansionista do capital, sobretudo financeiro, aparece como consequência do surgimento e aceleração de novas tecnologias, concentradas principalmente na informática, na robotização e na aceleração dos meios de comunicação, beneficiando produtores e consumidores. Porém, na realidade, estas transformações já ocorriam desde os anos cinquenta e mesmo antes. Portanto, estas transformações não são novas. Novidade parece ser o ritmo pelo qual as chamadas "novas tecnologias" se expandiram no último terço deste século, tornando homens e mercadorias descartáveis, num processo cada vez maior, intensificado a partir da crise estrutural de longa duração, iniciada no final da década de setenta.

Esta crise nasceu e atingiu, primeiramente, os países de capitalismo mais avançado, devendo ser analisada no bojo das transformações estruturais e da divisão

⁴ HILFERDING, R. *El capital financiero*. Madrid, Tecnos, 1985; recentemente vários estudos têm abordado o tema. Veja-se MSIA-Movimento de Solidariedade Ibero-Americana. *A globalização destrói as bases do Estado Nacional*. Informe Especial. Rio de Janeiro, set. 1996.

⁵ MCGREW, Anthony G. Apud PETRELLA, Riccardo, dir. Grupo de Lisboa. *Los límites a la competitividad*. Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes/Sudamericana. 1996. p.53.

⁶ Grupo de Lisboa. Idem. Idem.

geopolítica que se sucedeu à Segunda Guerra Mundial. O que explica o empenho dos EUA em ajudar e acelerar a reconstrução dos países que perderam a disputa da 2ª Guerra, bem como, também, a chamada *Guerra Fria*.

Sabemos que a reconstrução do pós-guerra se deu não somente através do auxílio direto (o Plano Marshall), como a partir dos investimentos realizados pelas grandes corporações americanas, que viam perspectivas de aumentar os lucros atuando em escala mundial (as multinacionais). Estas inversões foram as responsáveis pelo surgimento, na Europa e no Japão, de fortes empresas, que passariam a competir com o capital americano multinacionalizado desde os anos 60. O resultado foi o surgimento de um novo mercado para investimentos, o *eurodólares* ou *eurodivisas*, controlado pelo Banco da Inglaterra, cujo volume de inversões em breve ultrapassava, em dólares, as metas de emissão garantida pela paridade ouro/dólar e estabelecidas pelos acordos de Bretton Woods. G. Arrighi, analisa o início da crise de crescimento que afetou os EUA, entre 1968 e 1973, assinalando os três flancos maiores então atingidos e que ameaçaram a hegemonia americana nos anos 70: 1º) *militarmente* o exército americano, o mais moderno do mundo, entrou num impasse, face à resistência do pequeno Vietnã; 2º) *financeiramente*, o Sistema de Reserva Financeira americano entrou em colapso, derrotado pela flexibilidade do mercado de eurodólares (crise de liquidez, agravada pelo primeiro choque do petróleo); 3º) *ideologicamente*, após o fracasso no Vietnã, a cruzada anti-comunista perdeu legitimidade nos EUA e no exterior.⁷ Assim, no decorrer dos anos setenta a Europa emergia, fortalecida através da formação de um bloco - o Mercado Comum Europeu. Entretanto, o crescimento econômico também beneficiou algumas nações do Terceiro Mundo, entre as quais o Brasil, tornando evidente a possibilidade maior de algumas regiões periféricas que, graças à dimensão de seu território, densidade demográfica e importância geopolítica estratégica de suas reservas naturais, completaram seu processo de industrialização.

Todos estes fatos, sem dúvida, contribuíram para abrir espaço para uma nova corrida internacional, reaproximando os governos europeus de suas ex-colônias. Prova este processo a enorme exportação de capitais da Europa, em demanda dos países do hemisfério sul, da Ásia à América Latina. Processo acompanhado pelo aumento dos salários reais, melhoria das condições de vida e possibilidades de emprego e ocupação das populações. Porém, a nível das empresas, estas tiveram que competir com mais força entre si, ao mesmo tempo em que se reduzia o espaço internacional em um mercado mundializado.

A crise de liquidez americana, agravada pela segunda alta dos preços do petróleo, acelerou a virada conservadora. A escalada Reagan nos EUA, apoiado pelo governo britânico de Margaret Thatcher, marcou o início das dificuldades financeiras internacionais, sobretudo para os países dependentes de empréstimos externos. A política de crédito restritiva, adotada pelo governo Reagan, foi acompanhada pelas altas das taxas de juros (a Libor, controlada pela Inglaterra, mas também *seignorage*, *spread* etc) pressionando os países emergentes que, como o Brasil, dispendiam enorme esforço de expansão, pretendendo competir no quadro do sistema mundial. Porém, todos os esforços americanos foram insuficientes para impedir o aprofundamento da crise estrutural atual, de longa duração. Ao mesmo tempo, a crise precipitou a queda do bloco socialista, a partir da ex-URSS, enquanto os países da Europa Ocidental enfrentavam dificuldades crescentes, evidenciadas no esgotamento de suas reservas minerais, aumentando a dependência de petróleo e outras fontes de energia, substituídas por procedimentos de custo mais elevado. Estas dificuldades foram responsáveis pelo ressurgimento do déficit público e inflação destes países, acelerando o processo já iniciado nos EUA e Grã-Bretanha de reestruturação de empresas, acompanhado pelo aumento das taxas de desemprego e fechamento de atividades nos setores menos competitivos. Antes do final dos anos 80, nos principais países da Comunidade Européia, assistimos a substituição do consenso social-democrata do *Welfare State* pelo novo consenso de políticas neoliberais, estabelecendo novas relações de equilíbrio entre

⁷ ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Op.Cit. p.310.

o Estado, o mercado e as empresas, com predomínio do mercado monetário e financeiro.⁸

Portanto, mais se acirra a concorrência entre as empresas, mais se têm aumentado as contradições em escala mundial, desencadeando verdadeiro processo auto-destruidor. Delineia-se uma nova divisão internacional do trabalho, em que os países do capitalismo central, principalmente os EUA, amparados pelo FMI, o GATT, o Banco Mundial e o Conselho de Segurança da ONU atuam em escala mundial, forçando os países periféricos a abrirem mão de sua soberania. "*Comunidades, países e até continentes inteiros, como o caso da África subsaariana*", escreve G. Arrighi, *foram considerados 'supérfluos', desnecessários à economia cambiante da acumulação de capital em escala mundial'*.⁹ Esta nova estratégia permite às grandes organizações afastarem os perigos de aprovisionamento em matérias primas e energia (lições aprendidas com a crise dos choques do petróleo em 1973 e 1978), bem como escassez de trabalho. Na verdade, a mundialização da economia torna praticamente irrelevante a questão do "*custo de mão-de-obra*", em se tratando de indústrias de composição orgânica de capital de alto valor. Porém, este custo ainda revela ser importante nos setores de bens de salário, resultando na imposição de um processo de desindustrialização sem precedentes nos países periféricos e do qual fazem parte os acordos de privatizações, acompanhados por imposições de reduções institucionais dos direitos dos trabalhadores, enxugamento e desregulamentação das máquinas estatais, impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial.¹⁰

No entanto, grande parte das análises efetuadas por economistas, sociólogos, empresários e políticos, defensores da liberalização da economia, da desregulamentação das instituições, dos mercados e da privatização, como forma de implementar a competitividade benéfica à sociedade contemporânea, ocultam que a separação do econômico e do social trazem consigo desemprego e exclusão crescentes, tanto a nível individual como a nível de regiões, continentes e Estados que se submetem.¹¹ Como afirmam os integrantes do Grupo de Lisboa, os defensores do neoliberalismo continuam a insistir em fazer da globalização e da competitividade o novo credo ideológico, destruidor do espaço político nacional, numa tendência à sacralização de teorias simplificadoras das realidades históricas, procurando convencer a todos da inexorabilidade do processo. Afirma o Relatório: "*A 'Bíblia da competitividade' possui seus evangélicos, seus teólogos, seus sacerdotes e seus fiéis. Estes fiéis se contam por milhões nos países mais desenvolvidos e especialmente nos da Triade. Os evangélicos são estes milhares de economistas e experts dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e, mais recentemente, do Japão, Taiwan, Singapura e Coreia do Sul, que aureolados por sua autoridade científica têm atribuído a categoria de lei natural à maioria dos princípios e mecanismos da moderna economia de mercado capitalista. Deste modo, têm introduzido nas concepções sobre a economia contemporânea uma série de idéias que, com razão ou não, são tomadas emprestadas de diversas fontes científicas e filosóficas, desde Hobbes (o homo homini lupus) a Darwin (a seleção natural), passando por Nietzsche (a mentalidade do ganhador). [...] Em seus livros de texto, os teólogos explicam que a competitividade não é apenas uma inquietude e uma meta para uma empresa (a chamada microcompetitividade), um setor industrial (aqui convém falar de mesocompetitividade) ou um país (agora se trata de*

⁸ VIANA, Ana Luíza. *Democracia, Reforma do Estado e Globalização*. Workshop. Rio de Janeiro, IMS/UERJ, 1996. p.5; SADER, E. e GENTILLI, P., org. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995. pp.141-2.

⁹ ARRIGHI, G. Op.Cit. p.342.

¹⁰ CHONCHOL, Jacques. "Reflexiones sobre Chile: Hay alternativas al modelo neoliberal?". *Estudios Avanzados*. São Paulo, 27:147-9. USP, 1996; CHOSSUDOVSKY, M. "Abrir uma economia para melhor controlá-la. O Brasil sob os ditames dos seus credores". *Jornal do DIAP*. Brasília, 9 (86):8-9. jan. 1994. (Trad.R.Gadelha).

¹¹ BELLO, Walden e CUNNINGHAM, Shea. "Subir l'ajustement structurel". *Manière de Voir*. Paris, 28 : 54-7. nov.1995; CHESNAIS, François. *La mondialisation du capital*. Paris, Syros, 1994. pp.25-8.

macrocompetitividade), mas também diz respeito a todo o resto do mundo, incluindo o Estado, o sistema educacional, o regime sanitário e os sindicatos".¹²

A História recente dos países periféricos nos revela os efeitos devastadores da competição internacional. O esquema centro-periferia em sua fase clássica, dentro da divisão internacional do trabalho, hoje considerado superado, nos é bastante conhecido: produtos primários da periferia para os países capitalistas centrais, produtos industrializados do centro para a periferia; indústrias leves nos países periféricos, indústrias pesadas nos países centrais. Este período representou o triunfo das concepções ricardianas da especialização do trabalho, tendo entravado o desenvolvimento do capitalismo e a dependência estrutural nos países emancipados do hemisfério sul.¹³

Dentro destas condições, compreende-se a lenta evolução da consciência nacional ocorrida nos países da América Latina, onde as elites dirigentes, educadas na Europa e, hoje, nos EUA, procuram defender seus interesses, espelhando-se nos modelos políticos, econômicos e culturais destes países, continuando a reboque dos acontecimentos internacionais. O que não impediu o surgimento de inúmeros pensadores, que propuseram projetos independentes para estes países. Assim é que os acontecimentos provocados pela crise de 1929 e o impacto da 2ª Guerra Mundial, enterrando a crença dominante na doutrina do "*laissez-faire, laissez-passer*", provocaram um salto qualitativo na evolução dos sentimentos de identidade e nacionalismo em todos os países do hemisfério sul, ao mesmo tempo em que o pensamento socialista europeu e internacional parecia evoluir no sentimento de "*ciudadania mundial*".

Um exame mais profundo do pensamento político e intelectual da América Latina, a partir dos anos 30, revela a presença de intelectuais engajados na reflexão da realidade, por todo o continente, ao lado de políticos e aventureiros que se beneficiaram de governos autoritários e de cunho nacionalista. Fenômeno geral, atingindo os membros mais expressivos das elites política, intelectual, empresarial, sindical. No Brasil, e em outras partes, intelectuais de vários matizes teóricos e ideológicos, empresários e políticos, puderam se voltar para uma reflexão mais intensa da realidade, re-criando novas teorias, buscando respostas e soluções para os problemas apresentados por países de economias não-industrializadas, baseadas em realidades econômicas e sociais diversas àquelas analisadas pelos padrões teóricos do Primeiro Mundo.¹⁴ Buscariam superar os estrangulamentos técnicos dos modelos desenvolvimentistas até então impostos no continente. As temáticas dos principais trabalhos deste período são ilustrativas: problemas ligados à cidadania, ideologia e realidade, desenvolvimentismo e consciência nacionalista, emancipação nacional, colonialismo, cultura, estética e arte, demonstrando enorme esforço na busca do que Carmen de Sierra denominou "*o reencontro de um mundo sul-americano, heterogêneo, complexo, pluriracial e pluricultural*".¹⁵ De modo geral os autores destes temas

¹² PETRELLA, Riccardo et alii. Op.Cit. p.150.

¹³ Veja-se FRANK, André Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires, 1970; MIROW, Kurt Rudolf. *A ditadura dos cartéis. Anatomia de um subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1977; Idem. *Condenados ao subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, 1978; FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro, 1972 etc.

¹⁴ Sobre este período veja-se SODRÉ, Nelson Werneck. "*História do Iseb*". *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo. (1; 2; 3; 4). 1977/78; ROUX, Jorge. *Álvaro Vieira Pinto. Nacionalismo e Terceiro Mundo*. São Paulo, 1990; VIDAL, J.W. Bautista. *O esfacelamento da Nação*. Petrópolis, Vozes, 1995; RODRIGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro, 1981.

¹⁵ SIERRA, Carmen. *Influencias del pensamiento economico-social y geopolítico de Carlos Quijano (Marcha, 1939-1974) en el mundo intelectual uruguayo*. Montevideo. Primeras Jornadas de História Económica, 1995. No Brasil, atualmente desenvolvem projetos sobre a História do desenvolvimento científico deste período Célia Freire A.Fonseca, da UFRJ, sobre a Escola de Engenharia e fundação do Instituto de Matemática e Física do Recife por Luiz de Barros Freire e a modernidade do seu pensamento e atuação; Ana Maria Ribeiro, do Museu de Astronomia e Ciências afins do Rio de

propõem atingir o desenvolvimento, na busca da execução de um projeto nacional industrial integrado, voltado para a superação das dualidades estruturais e emancipação nacional dos países latino-americanos. O que não impediu a continuidade de teorias e doutrinas, que procuravam dar conta das mudanças ocorridas nos países da economia central, buscando justificar as relações de poder e permanência, da parte de dirigentes embebidos de duplo caráter, reformista e autoritário. Na verdade, a crise atual de identidade nacional, caracterizada pela chamada "*perplexidade das esquerdas*", representa apenas o fim de um ciclo de tendências mundiais, iniciado nos remotos anos 30.

E, portanto, não podemos desconhecer o impacto da globalização e suas consequências a nível econômico, político, cultural, social sobre o pensamento das elites dirigentes e, mesmo, aquelas consideradas *formadoras de opinião*, nos espaços nacionais atuais. Se, de um lado, os Governos perderam controle sobre a política de empréstimos e os enormes fluxos de capitais, dobrando-se perante os organismos internacionais que definem as políticas de interesse de grupos financeiros, de outro, agrava-se o processo de concentração/exclusão, de consequências devastadoras sobre o mundo do trabalho, pressionando os salários e oportunidades de emprego, a nível interno das próprias sociedades e, também, entre os integrantes dos próprios países de capitalismo adiantado entre si. Em última análise, podemos vislumbrar um aprofundamento da crise econômica e social do sistema, na medida em que a automação e a robotização levam necessariamente a uma crise de superprodução, agravada pelo brutal desemprego e deterioração dos salários dos trabalhadores que permanecem vinculados ao mercado de trabalho.¹⁶ Nos últimos anos podemos verificar enorme agravamento, sem precedentes, do chamado processo de "balcanização" na Europa ou "brasileirização" dos trabalhadores, jogados no mercado informal de força de trabalho.¹⁷

Diante das consequências dramáticas da desarticulação do mundo do trabalho, não devemos nos surpreender perante o recuo sofrido pelas entidades representativas de trabalhadores em todas as partes do mundo. Por outro lado, também os seus dirigentes não parecem ter percebido todas as dimensões desse processo, mantendo-se em posição defensiva, a reboque das novas imposições do Estado e das empresas capitalistas, enquanto são submetidos por mídias controladas a nível mundial.

O impacto dessas políticas têm influenciado negativamente os analistas econômicos e políticos e se refletem na postura adotada pelos membros das camadas médias e superiores. Nestes últimos anos, palavras de ordem como *modernidade, tecnologia, competitividade, reestruturação, individualismo etc.*, encontram eco e campo aberto a nível das mentalidades, encobrendo posturas ideológicas de concepções retrógradas, muitas das quais propensas a conduzir os países às vias do autoritarismo fascista (ex. o ressurgimento de políticos ligados aos partidos fascista e nazista ou de cunho excludente e racista em países como Austria, Alemanha, Itália, França). Estes fatos têm tido repercussão nos países periféricos, onde mesmo em países industrialmente desenvolvidos, como o Brasil, as novas gerações, pertencentes às camadas médias, desejam ver retornar as chances oferecidas nas décadas de 70 e 80, e que facilitaram a ascensão econômica e social de alguns dos seus membros, hoje participando da burguesia nacional empresarial ou atuando em cargos burocráticos do Governo ou em órgãos a este ligados. Portanto, fecham seus ouvidos à questões de importância como nacionalismo, soberania nacional, desindustrialização, que não condizem com suas concepções de "moderno".

O que explica a mudança nos discursos das elites, muitas das quais defendem apenas à sua sobrevivência, ao cederem às parcerias empresariais contrárias aos interesses nacionais, preconizando a adoção de políticas econômicas, inclusive

Janeiro, sobre o CNPq; Amélia Hamburger, da USP, sobre Mário Schemberg e a Física moderna no Brasil; entre outros.

¹⁶ RAMONET, Ignacio. "Régimes globalitaires". *Le Monde Diplomatique*. Paris, 44 (514):1. Jan. 1997.

¹⁷ REICH, Robert. *O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século 21*. São Paulo, Educator, 1994. pp.96-7, 190; MSIA-Movimento de Solidariedade Ibero-Americana. *A globalização destrói as bases do Estado Nacional*. Rio de Janeiro/P. Alegre, set. 1996. pp.4-5.

industriais, que afetam os interesses das indústrias pequenas e médias e, até, das maiores, como os setores de informática, eletrônico, auto-peças entre outros, que aspirariam a um crescimento maior.¹⁸ De fato, os dados da multinacionalização das economias são impressionantes. Ainda nos anos 70, o número das sociedades multinacionais não ultrapassava algumas centenas. Atualmente ultrapassa 40.000 empresas, conforme indica recente artigo de conceituado jornal francês. Segundo seu articulista, a cifra atual de negócios da General Motors é hoje mais elevada que o PNB da Dinamarca, a da Ford é maior que o da África do Sul e a da Toyota ultrapassa o PNB da Noruega. As 200 maiores empresas multinacionais, que representam mais de um quarto da atividade econômica do planeta, apenas empregam 18,8 milhões de assalariados, ou seja, 0,75% da população do planeta.¹⁹ Afirmo o mesmo articulista: *"Favorecendo, nas últimas duas décadas, o monetarismo, a desregulamentação, o livre-câmbio comercial, o livre fluxo dos capitais e as privatizações massivas, os responsáveis políticos permitiram a transferência de decisões capitais (em matéria de investimentos, emprego, saúde, educação, cultura, proteção ao meio ambiente) da esfera pública para a privada. Dai que, no momento atual, sobre as 200 maiores economias do mundo, mais da metade deixou de pertencer a um país para pertencer a empresas"*.²⁰

Trata-se, portanto, de um movimento de expansão das forças capitalistas mundiais e de cunho internacional, que controlam os vários meios de comunicação e expressão, refletindo no comportamento das elites governantes nacionais dos diversos países e outras frações sociais, parализando e imobilizando toda e qualquer iniciativa que se oponha à sua lógica, levando ao impasse todas as conquistas sociais deste século. Este movimento confunde e paraliza os membros da sociedade civil mundial, impedindo-os de se organizarem e de chegar-se a um consenso em que predomine novo pacto social e isto apesar dos protestos lúcidos e dos esforços daqueles que acompanham e compreendem todas as consequências e a perversidade do atual processo de globalização, altamente concentrador a nível de classe e países.

¹⁸ COUTINHO, Luciano et alii. *Telecomunicações, globalização e competitividade*. Campinas, Papirus, 1996.

¹⁹ RAMONET, I. *Le Monde Diplomatique*. Loc.Cit. p.1.

²⁰ Ibidem. Ibidem.